



Plenário volta a analisar pacto federativo e economia em 2016

Senadores retomam amanhã as votações, e 15 projetos que entraram em pauta em 2015, a maioria da Agenda Brasil, são prioridade no início do novo ano legislativo

O Plenário começa amanhã as deliberações e tem na pauta 15 itens que não foram votados no fim do ano passado. Entre as propostas, destacam-se as que fazem parte da Agenda Brasil e as que tratam do pacto federativo. Um dos projetos é o da Lei Geral das Estatais, que aprimora a gestão e a fiscalização das empresas públicas e sociedades de economia mista federais, estaduais e municipais. A criação, na estrutura do Senado, da Instituição

Fiscal Independente, é outra proposta em pauta. Também devem ser votados no início do ano projetos para estabelecer limite para a dívida consolidada da União, destinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional parte das verbas arrecadadas com a repatriação de recursos de brasileiros e regulamentar a emenda constitucional sobre expropriação de terras onde for encontrada exploração de trabalho escravo. **7**



Parlamentares e autoridades participam, em 2015, da solenidade de instalação dos trabalhos do Poder Legislativo

Congresso abre ano legislativo com sessão solene hoje

Marcada para as 15h, cerimônia dá início aos trabalhos do Parlamento em 2016. Na sessão conjunta, senadores e deputados assistirão à leitura da mensa-

gem presidencial, em que Dilma Rousseff deve resumir as ações do governo em 2015 e expor os planos para o país neste ano. **3**

Senado deve ter 6 CPIs neste semestre **7**

Prêmio Nobel fala sobre trabalho escravo **6**

MP sobre licença de servidor vence no domingo **2**

Medida provisória reforça combate ao vírus zika **6**



Renan (D) diz a governadores que vai pautar projetos de interesse dos estados

Governadores pedem ajuda para resolver crise nos cofres estaduais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou para hoje uma reunião com líderes partidários com o objetivo de definir uma pauta emergencial sobre a crise pela qual passam os Executivos estaduais. A de-

cisão foi tomada após reunião, ontem à noite, com 17 representantes dos estados, entre governadores e vice-governadores. A prioridade é a proposta que define novos critérios para pagamento de precatórios. **8**

especial Cidadania

Licença para mãe de prematuro pode ser contada só após a alta do bebê

Mais de 12% dos partos feitos no Brasil são de prematuros. Aprovada em dezembro pelo Senado, proposta, em análise agora na Câmara, estabelece o início da contagem da licença de 120

dias à mãe somente após a alta hospitalar do bebê nascido com menos de 37 semanas de gestação. Também de Aécio Neves, outro projeto estabelece políticas de atenção à prematuridade. **4 e 5**



Prematuridade tem alto índice no país, com 300 mil casos por ano

Relatórios legislativos anuais passam a ter recursos interativos



A edição 2015 do Relatório da Presidência do Senado será lançada amanhã. A versão para internet, interativa, permite consulta mais detalhada a dados sobre atividades legislativas. A mudança gerou economia de papel na versão impressa. **2**



Modernização permitiu reduzir 80% da quantidade de papel para impressão

Nesta edição, encarte da Procuradoria da Mulher



Publicação da Presidência do Senado com o balanço das atividades no ano é feita desde 1830 e foi modernizada para oferecer conteúdo ainda mais detalhado sobre o trabalho dos senadores

Novo relatório legislativo leva mais dados ao cidadão



O RELATÓRIO DA Presidência — Senado Federal e Congresso Nacional com estatísticas sobre as atividades legislativas terá pela primeira vez recursos interativos na versão para a internet. A edição 2015, que será lançada amanhã, permitirá a consulta detalhada de informações sobre as sessões plenárias, participação dos parlamentares, comissões, órgãos e projetos de lei, apresentados também como dados abertos, no formato Excel.

O usuário poderá, por exemplo, consultar o número de pronunciamentos de um determinado senador durante o ano. E se quiser ter acesso ao conteúdo dos discursos, bastará clicar sobre o nome do parlamentar.

As mudanças no relatório também possibilitaram a economia de aproximadamente 80% na quantidade de papel usado na versão impressa. Da média superior a mil páginas nos anos anteriores, o documento passou a ter apenas 179 em 2015.

Apesar da redução no tamanho, houve aumento no conteúdo. O relatório impresso agora oferece QR Codes — imagens com links que, quando visualizadas por um

smartphone ou tablet com aplicativo leitor, direcionam o navegador do aparelho para uma página específica na internet. Nesse caso, levam a mais informações disponíveis na versão eletrônica.

Segundo o diretor da Secretaria de Informação Legislativa do Senado (Sinfleg), Fábio Liberal, o novo relatório é resultado de grandes investimentos do Senado em tecnologia da informação.

— Ficamos em um dilema entre revolucionar a forma e ao mesmo tempo manter uma tradição — disse.

O titular da Coordenação de Estatísticas e Relatórios Legislativos (Coer), João Murce, também ressalta que o novo documento passou a incluir textos introdutórios em cada capítulo, com uma apresentação conceitual e didática do assunto.

Tradição

A publicação com o balanço das atividades legislativas vem desde 1830 e é uma exigência regimental. A tarefa é feita atualmente nos meses de janeiro pela equipe da Coer, órgão da Sinfleg.

Os dados são compilados de bancos abastecidos por outros setores da Casa, como a Secretaria de Registro e Redação Parlamentar, que registra os dados das notas taquigráficas.

A versão impressa é editada pela Secretaria de Editoração e Publicações, a Gráfica do Senado, e a versão eletrônica usa sistemas desenvolvidos ou administrados pela Secretaria de Tecnologia da Informação, o Prodasen.

A edição de 2015 está dividida em duas partes — Senado Federal e Congresso Nacional.

O documento poderá ser acessado, a partir de amanhã, no Portal do Senado, seguindo o caminho Atividade Legislativa/Consolidações e Estatísticas/Relatório Anual da Presidência.



Prazo de MP sobre servidor licenciado vence domingo

A MP 689/2015, que trata da contribuição previdenciária dos servidores públicos federais que estejam licenciados, expira no domingo. Editado em agosto do ano passado, o texto ainda não passou pela comissão mista formada para dar parecer sobre ela. O prazo de validade já passou pela única prorrogação possível. Caso seja ultrapassado sem decisão do Congresso, a MP perderá os efeitos.

O projeto determina que os servidores públicos federais que estejam afastados ou licenciados do cargo sem remuneração deverão continuar vinculados ao seu regime de previdência e contribuindo mensalmente para ele. Além da contribuição própria, os servidores nessa situação deverão arcar com a parcela devida pela União para a Previdência. A medida tem os objetivos de ampliar a arrecadação federal e cortar gastos e já produz efeitos desde 1º de janeiro.

Atualmente, os servidores contribuem com 11% da remuneração total para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). O órgão empregador contribui com 22%. Na prática, a medida triplica o pagamento previdenciário a cargo do servidor afastado ou licenciado sem vencimentos. Os servidores também perdem a possibilidade de optar por não contribuir enquanto durar a licença ou afastamento — e, conseqüentemente, ficarem

temporariamente desligados da Previdência.

O deputado Nilson Leitão (PSDB-MT) entregou o relatório final em dezembro. O projeto de lei de conversão traz especificações para casos particulares de diferentes naturezas, como licenças por motivo de saúde de membro da família ou para acompanhar cônjuge enviado ao exterior pelo próprio serviço público.

O relatório aguarda ser pautado para votação na comissão e, caso isso aconteça ainda nesta semana, precisará passar pelos Plenários da Câmara e do Senado, nos quais tramitará em regime de urgência. Não há previsão imediata para convocação do colegiado, que é presidido por Paulo Rocha (PT-PA). O senador se reuniu ontem com lideranças parlamentares do governo para tratar do assunto.

Caso a MP expire sem análise definitiva dos deputados e senadores, ela terá produzido efeitos por pouco mais de um mês e esses efeitos ficariam sem embasamento após o dia 7 de fevereiro — uma vez que a MP estaria extinta. Nesse caso, o Congresso Nacional ficará responsável por editar um decreto legislativo regulamentando as relações jurídicas geradas no período em que a MP efetivamente existiu. Segundo a Consultoria Legislativa do Senado, porém, não há prazo para esse decreto ser editado.



Cardozo, Lewandowski, Renan e Coêlho, com os integrantes da Corte, participam da solenidade no Plenário do Supremo

Renan participa de abertura do ano judiciário

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou da abertura do ano judiciário de 2016 em sessão solene, ontem, no Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro Ricardo Lewandowski, que preside o STF, destacou que a sessão marca o início dos trabalhos do Supremo neste ano e formaliza, simbolicamente, a abertura do ano judiciário em todo o país.

Entre as propostas para 2016, o presidente do STF disse que vai continuar com os esforços

para a aprovação do Estatuto da Magistratura, em substituição à lei que atualmente rege a categoria, datada de 1979. Integrantes do Judiciário consideram a norma ultrapassada após a Constituição de 1988. De acordo com a Constituição, compete ao STF a iniciativa de lei complementar nesse sentido. Lewandowski estima que, no fim de março, uma minuta estará pronta para revisão dos ministros. O texto de consenso será enviado ao Congresso para votação.

Além dos demais ministros do STF e de representantes de outros tribunais, participaram da sessão, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ); o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, representando a presidente da República, Dilma Rousseff; o procurador-geral da República, Rodrigo Janot; e o ex-presidente do Conselho Federal da OAB Marcus Vinicius Furtado Coêlho, que encerrou a gestão à frente do órgão em 31 de janeiro.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CDH Trabalho escravo

9h Audiência interativa debate trabalho escravo no Brasil. Entre os convidados, está o Prêmio Nobel da Paz de 2014, Kailash Satyarthi.

CONGRESSO Ano legislativo

15h Sessão solene destinada a inaugurar a 2ª sessão legislativa da 55ª legislatura.

PRESIDÊNCIA Solenidade

15h Renan Calheiros preside sessão solene do Congresso para abertura do ano legislativo. Às 16h, reunião de líderes, com participação de governadores.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

17h Destinada a pronunciamentos, não tem pauta para votação de projetos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Congresso faz hoje abertura do ano legislativo

Na solenidade, programada para as 15h, senadores e deputados assistirão à leitura da mensagem da presidente Dilma Rousseff com os planos do governo para este ano

SENADORES E DEPUTADOS se reúnem hoje em sessão conjunta para inaugurar a 2ª sessão legislativa da 55ª legislatura do Congresso. Eles assistirão à leitura da mensagem que a presidente Dilma Rousseff enviará ao Legislativo resumindo as ações do governo no ano passado e expondo seus projetos para 2016. A cerimônia é um dos principais eventos do Parlamento brasileiro.

Marcada para as 15h, a sessão é precedida de um rito em que o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, será recebido pelos chefes do cerimonial da Presidência do Senado, Ana Teresa Lyra Campos Meirelles, e da Presidência da Câmara dos Deputados, Davi Miranda, na calçada que dá acesso à rampa do Congresso Nacional.

O Hino Nacional é, então, executado pela Banda do Batalhão da Guarda Presidencial, ao mesmo tempo em que é hasteada a Bandeira Nacional no Senado e na Câmara dos Deputados.

Nesse mesmo momento, é feita a Salva de Gala (21 tiros de canhão) pelo 32º Grupo de Artilharia de Campanha do Exército, tradição que o Brasil guarda desde o Império. Os disparos, que antigamente eram efetivos, direcionados para o mar, foram substituídos por tiros de festim.

Tradição

Ao final da execução do hino, o comandante da Guarda de Honra se apresentará e conduzirá o presidente do Congresso para passar a tropa em revista



Sessão conjunta para retomada dos trabalhos lotou o Plenário da Câmara no ano passado: cerimônia é um dos principais eventos do Parlamento brasileiro

e reverenciar a bandeira do Brasil. Passar a tropa em revista é um rito que remonta à prática de reis, comandantes militares e governantes examinarem as tropas perfiladas para demonstrar confiança e apreço por elas, antes do início das batalhas.

Terminadas as honras militares, ao chegar à rampa de acesso ao Palácio do Congresso, Renan Calheiros será recepcionado pelos secretários-gerais do Senado, Luiz Fernando Bandeira, e da Câmara, Sílvio Avelino da Silva. Também os recepcionarão os diretores-gerais do Senado, Ilana Trombka, e da Câmara, Romulo de Sousa Mesquita.

Na sequência, o presidente

do Congresso se dirige ao Salão Negro, onde estarão o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, o ministro-chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, integrantes da Mesa Diretora do Congresso, demais parlamentares e outras autoridades. Em seguida, todos vão ao Plenário da Câmara dos Deputados.

Se chover, haverá uma programação alternativa. Nesse caso, serão canceladas a execução do Hino Nacional, a revista da tropa e a salva de tiros. As bandeiras serão hasteadas mesmo em caso de chuva. E o presidente do Congresso chegará pela Chapelaria do Legislativo, que é coberta. Os

Dragões da Independência ficarão perfilados na escada de acesso ao piso que leva até o Salão Negro, os militares da Força Aérea e da Marinha se posicionarão no Salão Verde e a Banda de Fuzileiros Navais se perfilará no interior do Plenário da Câmara dos Deputados.

Protocolo

Além do presidente do Congresso, ocuparão a Mesa o presidente do STF e o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha.

Em seguida, o portador da mensagem presidencial será conduzido à Mesa do Plenário, onde ocupará o assento à direita do presidente da Câmara dos Deputados. Também ali

terá lugar o primeiro-secretário da Mesa do Congresso, função desempenhada pelo primeiro-secretário da Câmara, deputado Beto Mansur (PRB-SP).

Na sequência, Renan anunciará a entrega da mensagem presidencial e passará a palavra ao presidente do STF, para que faça a leitura da mensagem do Poder Judiciário.

Logo após a fala de Lewandowski, o presidente do Congresso anunciará a leitura da mensagem presidencial pelo primeiro-secretário da Mesa. Em seguida, falarão o presidente da Câmara e o presidente do Congresso, que, ao terminar o discurso, declarará encerrada a sessão.

Situação econômica deve marcar mensagem de Dilma

A mensagem de Dilma Rousseff ao Congresso deve ser marcada pela crise econômica do país e as ideias para superá-la em 2016. Um superávit primário de 0,5% do PIB, a queda da inflação para menos de dois dígitos, o enfrentamento do desemprego e uma reforma na Previdência estão entre as prioridades já anunciadas por ela.

Em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* há um mês, a presidente antecipou esses propósitos e também a disposição de persistir no ajuste para recuperar o equilíbrio fiscal do país. Na mensagem deste ano, Dilma deverá pedir a colaboração dos parlamentares no enfrentamento da crise e propor a manutenção do diálogo.

Pesquisas de opinião mostram queda acentuada dos índices de aprovação do governo. O último levantamento CNI/

Ibope apurou que 82% da população desaprova a maneira de Dilma governar, enquanto 78% não confiam nela. A mesma pesquisa levantou que, para 81% da população, o segundo governo da presidente está sendo pior que o primeiro.

Na mensagem ao Legislativo, a presidente deve pedir a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 140/2015, que restaura a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), dinheiro já incluído no relatório da receita orçamentária para este ano. Sabendo que o texto precisa ser aprovado até maio em dois turnos de votação pela Câmara, a fim de que a arrecadação se inicie em setembro, Dilma deverá insistir nesse pleito.

Ela deverá também agradecer a aprovação dos projetos enviados no ano passado, no primeiro esforço pelo ajuste fiscal. Entre eles, está o que

gerou a Lei 13.254/2016, que repatria dinheiro não declarado à Receita Federal e mantido por brasileiros no exterior. Walter Pinheiro (PT-BA), que foi relator da proposta no Senado, estima que esses ativos atinjam R\$ 400 bilhões.

Quanto à reforma previdenciária, Dilma já disse que a considera essencial para a sobrevivência do sistema. Para a presidente, não é possível manter em 55 anos a idade média de aposentadoria. Sobre desemprego, ela se diz preocupada com a taxa de desocupação, que foi de 9% no trimestre encerrado em outubro.

Ainda na mensagem, Dilma deverá mencionar a investigação do que é considerado o maior caso de corrupção descoberto no país. E deverá elogiar a ação enérgica da Justiça nessa questão como um reflexo da estabilidade democrática vivida pelo país.

Presença de presidente da República na sessão pode tornar-se obrigatória

A retomada dos trabalhos legislativos poderia ser marcada por uma exposição da própria Dilma Rousseff sobre a situação do país, caso já estivesse em vigor proposta de emenda à Constituição aprovada pelo Senado e atualmente em análise na Câmara dos Deputados. A PEC 21/2007 (PEC 64/1999, no Senado) torna obrigatória a presença do presidente da República na abertura do ano legislativo.

Pelas regras em vigor, o presidente deve enviar o texto para a primeira sessão legislativa de cada ano, podendo estar presente e fazer a leitura da mensagem ou enviá-la por meio de um ministro, para ser lida por um integrante da Mesa do Congresso.

Nos últimos anos, a presença do chefe de Estado tem sido mais exceção do que regra.

Dilma apresentou pessoalmente sua mensagem aos parlamentares no primeiro ano do primeiro mandato, em fevereiro de 2011. Nos anos seguintes, o texto foi entregue pelos então ministros da Casa Civil Gleisi Hoffmann e Aloizio Mercadante. O ex-presidente Lula também foi ao Congresso no primeiro ano do mandato, e o ex-presidente Fernando Henrique preferiu enviar as mensagens por ministros.

A proposta altera a Constituição para estabelecer como atribuição do presidente comparecer ao Congresso na abertura da sessão legislativa para apresentar mensagem e plano de governo, expondo a situação do país. Apresentada pelo então senador Eduardo Suplicy, a PEC foi aprovada pelo Senado em 2007 e enviada para análise dos deputados.



Bebês prematuros são colocados em minirredes de algodão em incubadoras no Hospital Regional de Santa Maria, Distrito Federal

Mais tempo para mães de prematuros

Licença de 120 dias só começará a ser contada após alta hospitalar do bebê, segundo projeto aprovado pelo Senado. Discute-se ainda política de atenção para esses casos, que são mais de 12% dos nascimentos no Brasil

Simone Franco

OS FILHOS GÊMEOS do senador Aécio Neves (PSDB-MG) nasceram prematuros, em junho de 2014. Nos dois meses em que eles ficaram internados na UTI neonatal, o parlamentar viveu uma experiência pessoal tão intensa que isso o levou abraçar a causa da prematuridade no Congresso Nacional. Em dezembro, o Senado aprovou por unanimidade — e em tempo recorde — a proposta de emenda à Constituição (PEC 99/2015) que ele apresentou estabelecendo o início da contagem da licença à parturiente de 120 dias só após a alta hospitalar do bebê prematuro.

Emenda à PEC, que seguiu para votação na Câmara, ficou um tempo máximo para o afastamento do trabalho da mãe de um bebê prematuro: 12 meses, sendo 4 meses de licença à gestante e até 8 meses de internação.

— Vi de perto o drama de inúmeras mães onde meus filhos estavam internados. Uma cena muito marcante foi a de uma mãe que ficou muito próxima de minha esposa e que estava com a filha internada havia cerca de três meses. Dois dias antes de deixarmos o hospital, a filha dela veio a óbito e ela nos disse que iria voltar para casa sem a filha e sem o emprego, que tinha perdido nesse período — recordou Aécio.

O episódio inspirou o parlamentar a oferecer uma saída legal para permitir à mãe cuidar

do filho fragilizado sem correr o risco de ser demitida. Assim, a proposta estabelece que a licença à gestante continua com duração de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário da trabalhadora. Mas abre a possibilidade de, em caso de parto prematuro, o tempo de dedicação da mãe ao bebê incluir o período em que ele precisou ficar internado.

O empenho de Aécio em defender a causa da prematuridade contagiou a relatora da PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a senadora Simone Tebet (PMDB-MS). O entendimento dela foi no sentido de que, nesses casos, a extensão da licença à gestante revela-se essencial para garantir a saúde do bebê e o bem-estar da mãe. “A criança prematura nasce com maiores riscos e, conse-

quentemente, demanda mais atenção e melhor proteção. Para a mãe, por seu turno, o pós-parto é um período de grande vulnerabilidade, quando podem surgir transtornos psicológicos graves. É importante ela estar física e mentalmente bem, para que possa garantir a atenção necessária ao recém-nascido”, avaliou a senadora Simone, a ONG Prematuridade.com. A entidade é parceira da Fundação Europeia de Cuidado aos Recém-Nascidos.

— Os pais ficam muito angustiados em ver o filho lutando para sobreviver, cheio de tubos, sem poder levá-lo para casa. Percebi que não havia um ponto de encontro em que eles pudessem buscar informações úteis e compartilhar histórias de vida — observa Denise. Na entrevista abaixo, a diretora-executiva do Prematuridade.com avalia as perspectivas para o controle dos partos prematuros, levando em conta os avanços possíveis nas políticas públicas com as propostas de Aécio Neves.



Senadores aprovam a proposta de emenda à Constituição por 56 votos a 0

Outro projeto de lei fixa diretrizes para atenção aos bebês

Pouco mais de 12% dos partos feitos no Brasil são de prematuros. Esse registro lança o país no décimo lugar no ranking mundial de prematuridade, com cerca de 300 mil bebês nascidos anualmente com menos de 37 semanas de gestação. Mudar esse cenário é a meta de projeto de lei (PLS 742/2015), também de Aécio Neves, que estabelece diretrizes sobre a política de atenção à prematuridade. O texto aguarda votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

“A prematuridade é um grande problema de saúde pública. Além do risco de morte, o nascimento prematuro deixa sequelas psicológicas permanentes para os pais e pode acarretar danos incapacitantes aos bebês”, alertou Aécio na justificativa do projeto.

O desafio de reduzir o número de partos prematuros no Brasil acabou aproximando

o senador tucano da ONG Prematuridade.com (www.prematuridade.com). A entidade emprestou seu apoio à elaboração do projeto e o avaliou como primeiro passo não só para diminuir os índices de prematuridade, como também para enfrentar a mortalidade relacionada ao problema.

Cuidados básicos

Alto índice de cesáreas eletivas, gestação na adolescência ou muito tardia, pré-natal deficiente, tabagismo e obesidade são fatores de risco apontados para o parto prematuro. O nascimento do bebê antes das 37 semanas de gestação responde por 53% dos óbitos registrados pelo Ministério da Saúde no primeiro ano de vida.

Ao fixar as diretrizes gerais para a assistência aos prematuros, o projeto define uma escala da prematuridade para fins de cuidado. Essa classifica-

ção parte da condição extrema, para nascimentos antes de 28 semanas; passa pela moderada, para os partos realizados de 28 a 31 semanas e 6 dias; até chegar à tardia, para os bebês nascidos entre 32 e 36 semanas e 6 dias.

Depois de caracterizar a prematuridade, o projeto determina ao Ministério da Saúde a regulamentação — em no máximo 120 dias — dos cuidados básicos a serem seguidos pelas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS).

Entre as ações reivindicadas na definição dessa política de atenção, estão o método mãe-canguru (manter o bebê preso ao corpo da mãe); o treinamento de profissionais em reanimação neonatal; o direito de os pais acompanharem os cuidados com o prematuro 24 horas; o atendimento ambulatorial por equipe multidisciplinar até, no mínimo, os dois

primeiros anos de vida; e o acompanhamento psicológico dos pais durante a internação.

Audiência

Por fim, o texto orienta os profissionais da rede pública de saúde a alertarem as gestantes sobre os fatores de risco e sinais de parto prematuro. Quanto às equipes das UTIs neonatais, deverão estar prontas a esclarecer aos pais os cuidados necessários após a alta hospitalar, encaminhando-os aos ambulatórios especializados na atenção a prematuros.

Antes de votar o projeto, a CAS deverá fazer audiência sobre as políticas públicas voltadas aos cuidados com os bebês prematuros. O debate foi solicitado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e deverá reunir representantes do Ministério da Saúde, da Sociedade Brasileira de Pediatria e da ONG Prematuridade.com.

ONG Prematuridade orienta e dá suporte emocional aos pais



Denise Suguitani, da ONG Prematuridade, apoia as propostas de Aécio Neves

A nutricionista Denise Suguitani não teve filhos prematuros. Mas, ao cuidar da saúde desses bebês e acompanhar de perto o drama das famílias, resolveu ajudar ainda mais criando, em 2011, o site Prematuridade.com. A troca de informações e dúvidas entre pais e profissionais amadureceu essa rede de acolhimento e acabou gerando, em 2014, a Associação Brasileira de Pais, Familiares, Amigos e Cuidadores de Bebês Prematuros, a ONG Prematuridade.com. A entidade é parceira da Fundação Europeia de Cuidado aos Recém-Nascidos.

— Os pais ficam muito angustiados em ver o filho lutando para sobreviver, cheio de tubos, sem poder levá-lo para casa. Percebi que não havia um ponto de encontro em que eles pudessem buscar informações úteis e compartilhar histórias de vida — observa Denise. Na entrevista abaixo, a diretora-executiva do Prematuridade.com avalia as perspectivas para o controle dos partos prematuros, levando em conta os avanços possíveis nas políticas públicas com as propostas de Aécio Neves.

Essas propostas representam um avanço sem precedentes. O PLS 742/2015, elaborado com o apoio da nossa associação, é um grande marco. É o primeiro passo em direção à diminuição dos índices de prematuridade no país e da mortalidade a ela relacionada. O projeto também visa ao correto acompanhamento e encaminhamento da gestante e do recém-nascido, além da humanização do atendimento a bebês prematuros e suas famílias. Já a PEC 99/2015, que dispõe

sobre a extensão da licença-maternidade para mães de prematuros, representa uma grande vitória para a sociedade. Todos sairão ganhando: o empregador, o bebê e, obviamente, a mãe do prematuro. Quem passou pela experiência da prematuridade entende a importância da aprovação dessa emenda. É só ver a repercussão nas redes sociais e os depoimentos das mães que estão passando por isso e das que não tiveram essa oportunidade. Em alguns casos, há dupla perda: as mães, após meses de UTI, acabam voltando para casa sem o bebê nos braços, pois ele veio a falecer por conta da prematuridade, e também sem emprego.

Quais avanços podem ser obtidos na assistência aos bebês prematuros e às famílias com a aprovação dos projetos do senador Aécio Neves?

Essas propostas representam um avanço sem precedentes. O PLS 742/2015, elaborado com o apoio da nossa associação, é um grande marco. É o primeiro passo em direção à diminuição dos índices de prematuridade no país e da mortalidade a ela relacionada. O projeto também visa ao correto acompanhamento e encaminhamento da gestante e do recém-nascido, além da humanização do atendimento a bebês prematuros e suas famílias. Já a PEC 99/2015, que dispõe

sobre a extensão da licença-maternidade para mães de prematuros, representa uma grande vitória para a sociedade. Todos sairão ganhando: o empregador, o bebê e, obviamente, a mãe do prematuro. Quem passou pela experiência da prematuridade entende a importância da aprovação dessa emenda. É só ver a repercussão nas redes sociais e os depoimentos das mães que estão passando por isso e das que não tiveram essa oportunidade. Em alguns casos, há dupla perda: as mães, após meses de UTI, acabam voltando para casa sem o bebê nos braços, pois ele veio a falecer por conta da prematuridade, e também sem emprego.

Como é possível prevenir o parto prematuro?

Acredito que informação é a chave. Precisamos de campanhas nacionais onde possamos mostrar às potenciais gestantes — adolescentes e mulheres em idade fértil — a importância de planejar a gestação, cuidar da saúde, fazer um acompanhamento pré-natal,

saber os fatores de risco para parto prematuro, estimular o parto natural (ou desencorajar cesáreas eletivas). Mostrar por que é importante evitar que o parto prematuro aconteça e quais as consequências para o bebê e a família. Precisamos informar também sobre os sintomas de um trabalho de parto prematuro e orientar para que a gestante busque assistência ao menor sinal de alterações. Para isso, acredito que seja importante que governo, entidades sociais, empresas privadas e instituições de ensino e pesquisa trabalhem juntos.

Qual o apoio prestado pelo site e pela ONG às famílias de bebês prematuros?

Além de encabeçar o *advocacy* (negociação de políticas públicas) voltado à causa da prematuridade, prestamos apoio pelo nosso site. Nosso portal leva informação às famílias de prematuros desde 2011. O site reúne notícias, textos e mais de 500 histórias reais de prematuridade. Por meio delas, passamos conforto, esperança e “colo” para as famílias que enfrentam isso hoje. Nossa página no Facebook (fb.com/prematuridade) é um grande canal de comunicação com a comunidade de pais de prematuros e, através dela, divulgamos também notícias, histórias e informações importantes acerca do tema. Em breve, a comunidade poderá se associar ao Prematuridade.com e participar ainda mais ativamente das iniciativas relacionadas a políticas públicas e à prevenção de partos prematuros no país.



Para a médica Noêmia Meyohas, a grande dificuldade são as especialidades pediátricas

Desafio à assistência é maior nos hospitais da rede pública de saúde

Se o desafio da assistência a bebês prematuros e às famílias é grande em hospitais particulares, é possível imaginar sua dimensão na rede pública de saúde, às voltas com carência de profissionais e estrutura física insuficiente para atender a alta demanda.

— Nos hospitais onde trabalho, não vejo muita dificuldade na aquisição de medicamentos ou materiais. A nossa grande dificuldade é a disponibilização de médicos nas diversas especialidades pediátricas, principalmente neurologia, pneumologia, cirurgia, nefrologia — reconheceu a pediatra Noêmia Meyohas, médica de rotina da UTI neonatal do Hospital Municipal Pedro II, no Rio de Janeiro.

Apesar de a maioria das maternidades públicas do estado prestar atendimento ao recém-nascido prematuro, a realidade desses serviços, segundo a pediatra, é de superlotação. Ela observa que é comum esses bebês passarem meses internados, chamando a atenção ainda para a necessidade de apoio constante também às mães.

— Faltam leitos para internação em UTIs neonatais que contam com serviços de cirurgia pediátrica, neurocirurgia e cirurgia cardíaca. Em alguns casos,

os recém-nascidos ficam longos períodos aguardando vagas para transferência, principalmente em caso de doenças cardíacas — comentou Noêmia.

As dificuldades para internação do prematuro prosseguem na assistência pós-alta hospitalar. A médica da UTI neonatal do Pedro II informa que, no município do Rio, até existem referências ambulatoriais que prestam esse acompanhamento ao bebê prematuro, mas faz uma ressalva.

— Como a oferta de vagas é reduzida, infelizmente só conseguimos encaminhar aqueles que apresentaram uma evolução mais complexa, com indicação de acompanhamento multiprofissional. Fazemos também encaminhamento para algumas especialidades em nível ambulatorial, mas a oferta de consultas também não é a ideal — lamenta Noêmia.

Em relação às propostas de Aécio Neves, a pediatra acredita que deverão ajudar a melhorar a assistência aos prematuros e suas famílias. E isso especialmente em relação à PEC 99/2015 — aprovada em dezembro pelo Senado —, que pretende possibilitar a presença da mãe ao lado do seu bebê em tempo integral, preservando o emprego e o salário.

Depoimento: “Minha pequena grande guerreira”

“Eu me chamo Raquel, moro em Porto Alegre e vou contar aqui a minha história. A minha filha Paula nasceu prematura, com 27 semanas, 790 gramas e 32 centímetros. Tive uma recuperação um pouco complicada, com infecções e muita dor. Mas logo eu me recuperei, e então começou a caminhada de esperança e fé na recuperação da Paulinha.

A primeira vez que a vi foi na UTI neonatal. Chorei muito quando saí de lá, fiquei muito nervosa. Não a imaginava tão pequena e tão frágil. Sua pele era uma gelatina. Depois desse dia, a minha casa era ali no hospital, ao lado dela, dando força, amor, carinho e pedindo para ela não desistir nunca! Eu ia de manhã cedo e só voltava para casa para dormir.

Foram seis meses de muita luta pela vida. Ela teve várias intercorrências, infecções, transfusão de sangue, cirurgia, e, graças a Deus, vencemos! O primeiro colo que dei para minha filha foi quando ela estava com quase três meses. Foi lindo e emocionante demais. Ela ainda estava entubada, eu fiquei muito tensa, mas estava bem monitorada pela excelente equipe do hospital.

O meu marido, grande companheiro, todos os dias depois do trabalho ia ao hospital ver a nossa pequena. Estivemos juntos em todos os momentos.

Canguru

Fiz também o método canguru, que é superimportante para o bebê ter o contato de pele com sua mãe [contato direto com orientação médica]. Depois que foi retirada a sonda, só faltava aprender a mamar e ir para casa. Nossa, eu contava os dias e as horas... até que chegou o grande dia!

Após exatamente seis meses, 183 dias, na UTI neonatal, chegou o dia de ir para casa com a família, que só a conhecia por foto. Foi um dia muito especial e emocionante!

A Paula é uma criança supersaudável e feliz, alegre nossos dias e nossas vidas. Agradeço a Deus todos os dias por ser abençoada de ser mãe desta pequena grande guerreira: a Paula!”

Fonte: Prematuridade.com



Assista ao vídeo da Agência Senado sobre os projetos relacionados a prematuros: <http://bit.ly/projetosprematuros>

Saiba mais

PEC 99/2015
<http://bit.ly/PEC99-2015>

PLS 742/2015
<http://bit.ly/PLS742-2015>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Medida reforça combate a dengue e vírus zika

Após apelo por mobilização, foi publicada no *Diário Oficial* de ontem MP com ações contra o mosquito transmissor da doença suspeita de provocar casos de microcefalia

A PRESIDENTE DILMA Rousseff editou medida provisória ordenando ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor dos vírus zika, da dengue e da chicungunha. A MP 712/2016, publicada ontem no *Diário Oficial*, prevê ingresso forçado de agentes públicos em imóveis públicos e particulares, no caso de situação de abandono ou ausência de pessoa que possa permitir o acesso das equipes que atuam na descoberta e na eliminação de focos do mosquito.

A MP, com força de lei desde ontem, será agora avaliada por uma comissão mista de senadores e deputados. Depois, será votada nos plenários da Câmara e do Senado. Se aprovada, ainda que com alterações, a medida vai para a sanção, transformando-se definitivamente em lei.

As ações de vigilância estão sendo adotadas diante de “situação de iminente perigo à saúde pública” pela presença do mosquito, de acordo com a MP. O texto também cita



Ana Carolina Paiva/Preidência de Porto Alegre

Ação contra mosquitos em Porto Alegre: surto do vírus zika foi considerado emergência de saúde pública internacional

a realização de campanhas educativas e de orientação à população.

A MP atribui a execução das ações aos dirigentes máximos do Sistema Único de Saúde (SUS) nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, conjunto formado pelo Minis-

tério da Saúde e pelas secretarias estaduais e municipais de Saúde. O ingresso forçado nos imóveis públicos e privados é condicionado à prévia emissão de declaração de emergência em saúde pública.

O Brasil entrou em alerta mais intenso conta o *Aedes*

devido a casos suspeitos, relacionados ao vírus zika, que causa microcefalia em recém-nascidos. Já são cerca de 4 mil casos, a maioria na Região Nordeste. A microcefalia se caracteriza pela formação da cabeça menor que o considerado normal, causando problemas

de desenvolvimento.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou ontem que o surto de zika é uma emergência de saúde pública internacional, que exige uma resposta urgente e única, com vigilância máxima pelos governos de todo o mundo. Segundo os especialistas, o vírus está se espalhando muito e de maneira rápida, com consequências devastadoras. A decisão deve acelerar ações internacionais de cooperação e de pesquisa.

Epidemias

Na sexta-feira, em apelo por mobilização, a presidente Dilma Rousseff disse que “o país perde a luta contra o mosquito transmissor enquanto o inseto estiver se reproduzindo”.

No caso da dengue, desde o final dos anos 80 o Brasil convive com epidemias sazonais durante o verão. Com sintomas parecidos, mas menos letal, os primeiros casos de transmissão interna do vírus chicungunha foram registrados no segundo semestre de 2014.

DataSenado faz consulta sobre eliminação de focos

O DataSenado quer saber o que os brasileiros pensam sobre o projeto de lei que prevê multa para proprietário de imóvel que impedir o acesso de agentes de saúde à propriedade e que não executar medidas para eliminar criadouros do mosquito *Aedes aegypti*.

Com esse objetivo, o instituto colocou no ar uma enquete em sua página na internet. O projeto que prevê a punição (PL 1861/2015) será analisado pelo Senado após ser votado na Câmara, onde tramita desde meados do ano passado.

O texto prevê a criação da Política Nacional de Combate à Dengue com o objetivo de intensificar as ações necessárias para conter a proliferação do mosquito transmissor.

Além da preocupação com a dengue, que teve número recorde de casos em 2015 (1,64 milhão), a urgência se deve também à associação do vírus

zika ao nascimento de bebês com microcefalia e à rapidez na propagação da doença.

O autor do PL 1861/2015, deputado Luiz Lauro Filho (PSB-SP), quer fortalecer o papel dos órgãos públicos no controle das doenças e punir donos de imóveis que não adotam as medidas contra o mosquito.

Multa

O projeto dá ao Estado o direito de entrar em imóveis que apresentem risco de proliferação do mosquito. Constatada a existência de criadouros do *Aedes*, o proprietário será notificado e terá 48 horas para eliminar os focos.

Se não permitir a entrada de agentes de saúde ou não atender à notificação ou então em caso de reincidência, será multado, progressivamente, em valor a ser estipulado pelos municípios e pelo Distrito

Federal, mas nunca menor que metade do valor do IPTU do imóvel.

No texto original, o autor propõe multa de R\$ 2,5 mil por metro quadrado. No entanto, com a intenção de evitar a desatualização do valor, o projeto foi modificado. Pelo menos a metade dos recursos arrecadados com multa deverá ser investida em programas de combate ao mosquito.

O projeto estabelece ainda incentivos à pesquisa científica para erradicar a dengue, campanhas de conscientização e a criação de um disque-denúncia sobre a existência de criadouros do mosquito.

Os internautas têm até o dia 15 para participar da enquete, opinando sobre o projeto e sobre procedimentos para o combate ao *Aedes aegypti*.

Participe da enquete e opine: <http://bit.ly/enqueteDengue>

Trabalho escravo é debatido hoje na Comissão de Direitos Humanos

Desemprego, aposentadoria e combate ao trabalho escravo serão os temas de uma audiência pública interativa, hoje às 9h, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Foram convidados para o debate “O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação, com foco no trabalho escravo” o Prêmio Nobel da Paz 2014, Kailash Satyarthi, o conselheiro do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão Leonardo Sakamoto e o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Lelio Bentes Corrêa.

Outros participantes serão o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima,

e o membro da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho (ALJT) e da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) Hugo Cavalcanti Melo Filho.

Também devem comparecer à audiência o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, o secretário do Trabalho e Economia Solidária do Maranhão, Julião Amin, o secretário dos Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão, Francisco Gonçalves, e o fundador do Movimento Humanos Direitos (MhuD), padre Ricardo Rezende.

O debate foi proposto pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Plenário retoma votações com temas polêmicos

Senadores voltam amanhã a analisar projetos que começaram a ser examinados em 2015. Entre eles, soluções para a economia

AGENDA BRASIL

A PAUTA DO Senado para este início de ano tem 15 itens que não foram votados no fim de 2015. Entre eles, projetos relacionados à Agenda Brasil e ao pacto federativo. A primeira sessão deliberativa do ano está marcada para amanhã.

Um dos textos da Agenda Brasil na pauta é o projeto que cria a Lei Geral das Estatais. O PLS 555/2015 pretende aprimorar a gestão das empresas públicas e sociedades de economia mista federais, estaduais e municipais. O texto altera regras de licitações, contratos e formas de fiscalização.

Outro tema da Agenda Brasil é a criação, na estrutura do Senado, da Instituição Fiscal Independente (IFI), prevista no PRS 61/2015. A ideia é aprimorar os mecanismos de avaliação e controle social da política fiscal.

No ano passado, foi colocada para votação uma proposta de emenda à Constituição que previa a criação da IFI (PEC 83/2015). O órgão seria ligado ao Congresso e poderia emitir alertas em caso de excessos administrativos nos gastos públicos. O substitutivo do senador José Serra (PSDB-SP)

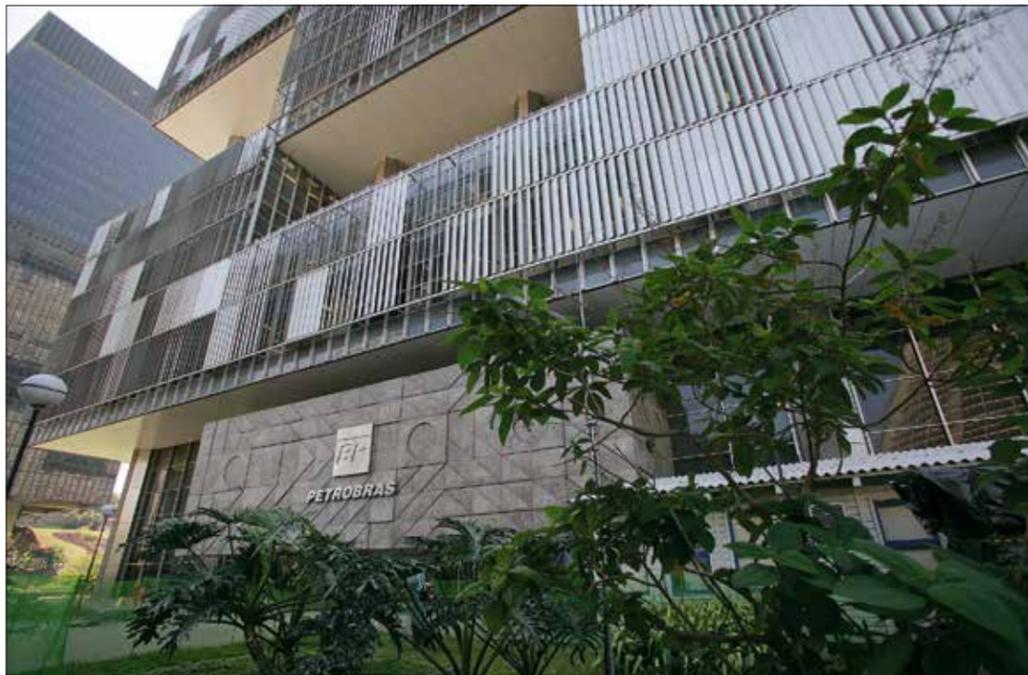
à PEC 83/2015 foi rejeitado no início de outubro, em meio a muita polêmica. O texto reunia 14 emendas apresentadas à PEC e obteve apenas 40 dos 49 votos favoráveis de que necessitava para ser aprovado.

Pacto federativo

Também devem ser analisados projetos do pacto federativo. Um deles estabelece limite para a dívida consolidada da União, de forma semelhante ao que já é exigido de estados e municípios (PRS 84/2007). O texto limita a dívida bruta da União a 4,4 vezes a receita corrente líquida (RCL) e a dívida líquida, a 2,2 vezes a RCL.

O projeto busca preencher um vazio legal existente desde 2001, quando foram definidos limites globais para a dívida pública consolidada e a dívida pública mobiliária estaduais e municipais. A ideia original era fazer o mesmo para a União, mas isso nunca se concretizou.

Outro texto na pauta destina parte do que for arrecadado com a repatriação de recursos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR). Pela proposta (PEC 154/2015), do senador Walter Pinheiro (PT-BA), a receita virá da aplicação de Imposto de Renda e multa sobre bens



Sede da Petrobras no Rio: projeto para melhorar gestão de empresas públicas está entre os primeiros itens da pauta

e ativos de origem lícita mantidos no exterior que sejam regularizados com a Receita Federal, como previsto no PLC 186/2015, aprovado no Senado em dezembro.

O FNDR deverá receber, dessa e de outras fontes, pelo menos R\$ 3 bilhões por ano nos primeiros cinco anos. Para outro fundo, o de auxílio à convergência do ICMS, deve ser destinado R\$ 1,5 bilhão por ano, nos oito anos de vigência.

A regulamentação da Emenda Constitucional 81, sobre o trabalho escravo (PLS 432/2013), também está na agenda. O texto define regras para a expropriação de terras onde for verificado trabalho escravo. O projeto determina ainda que os bens apreendidos em decorrência do tráfico de drogas e da exploração de trabalho escravo sejam confiscados e revertidos a fundos para combater esses crimes.

Agenda Brasil deve continuar como prioridade este ano, destaca Renan

Em 2016, as propostas legislativas para ajudar a economia brasileira a voltar a crescer, reunidas na Agenda Brasil, devem continuar como prioridade na pauta do Senado. Os projetos tratam de equilíbrio fiscal, proteção social e melhorias na infraestrutura e no ambiente de negócios.

Na avaliação do presidente do Senado, Renan Calheiros, medidas de incentivo ao setor produtivo e a colaboração do Congresso Nacional são necessárias para o país voltar a crescer.

Para ele, o projeto que cria a Lei Geral das Estatais é um dos mais relevantes na agenda atual do Senado.

— Sem dúvida nenhuma esta será uma das matérias

mais importantes do semestre legislativo — disse Renan, ao fechar o ano legislativo de 2015.

Outras dezenas de proposições da Agenda Brasil aguardam votação, como a PEC 111/2015, que veda a edição de medidas provisórias que causem desequilíbrio econômico-financeiro de contratos firmados pela administração pública com particulares; o PRS 84/2007, que impõe limite à dívida da União; e o PLS 147/2015, que destina para a saúde impostos arrecadados com medicamentos e derivados de tabaco.

Veja a tramitação dos projetos da Agenda Brasil: <http://bit.ly/infoAgendaBrasil>

Barragens e fundos de pensão podem ser foco de novas CPIs

O Senado poderá ter seis CPIs em 2016: quatro já estão em funcionamento e duas aguardam instalação. Este mês, as CPIs das Próteses, do HSBC, do Futebol e do Assassinato de Jovens retomarão os trabalhos. Já a CPI dos Fundos de Pensão e a das Barragens poderão iniciar as atividades.

Criada para investigar irregularidades na previdência complementar de trabalhadores dos Correios, da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa, a CPI dos Fundos de Pensão deve ser instalada neste semestre. Para o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), a comissão poderá buscar o que foi desviado dos fundos.

Outra CPI que aguarda instalação é a das Barragens, que deverá apurar irregularidades na fiscalização e manutenção das obras da empresa de mineração Samarco, em Mariana (MG). A CPI deve ainda investigar as responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento de barragens



Senadores investigarão responsabilidade por rompimento de barragem em Minas

dessa mineradora em 5 de novembro de 2015.

Pode ainda ser lido neste semestre o requerimento para a criação da CPI do BNDES. A oposição declarou ter obtido 35 assinaturas, número superior às 27 exigidas. O objetivo é apurar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo banco a empresas e a governos estrangeiros a partir de 2007. O presidente do Senado, Renan Calheiros, deve marcar uma reunião para definir a data

da leitura do requerimento de criação do colegiado.

Continuidade

Criada em março de 2015 para investigar irregularidades em tratamentos com próteses e órteses, a CPI das Próteses terá até agosto para concluir os trabalhos. O relator, Humberto Costa (PT-PE), destacou que a CPI colaborou com o Ministério da Saúde no desenvolvimento de nova regulação para o setor.

Também em março foi criada a CPI do HSBC, para apurar a existência de contas bancárias não declaradas de brasileiros na filial do banco na Suíça. Estima-se que mais de 8 mil brasileiros tenham participado do esquema entre 2005 e 2007. Em janeiro deste ano, a Justiça francesa autorizou a liberação dos dados da investigação sobre contas não declaradas no HSBC suíço.

Com isso, a CPI terá acesso, nos próximos dias, à documentação dos correntistas do banco na Suíça. O Ministério da Justiça e a Procuradoria-Geral da República já possuíam as informações, mas não podiam compartilhá-las com a CPI sem o consentimento das autoridades francesas. Como não tinham acesso ao material, os senadores haviam decidido encerrar os trabalhos da comissão antecipadamente. Agora, a CPI deve cumprir seu prazo, até abril.

Desde julho, a CPI do Futebol investiga contratos e

negociações da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) nas três últimas gestões. Segundo o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), a CPI deve também contribuir para melhorar as condições do futebol. A comissão poderá funcionar até agosto.

Violência a jovens

Mães de vítimas de violência policial tiveram voz na CPI que investiga o assassinato de jovens no país. Elas cobraram punição para os culpados e mudança na política de segurança pública. A CPI, que iniciou as atividades em maio de 2015, encerrará os trabalhos em março. Dados indicam que o homicídio continua como a principal causa de morte de jovens no país, na maioria negros.

Muitos debatedores questionaram, em audiência públicas, propostas de redução da maioria penal como possível solução para o problema da violência.

Renan e líderes avaliam pauta para os estados

Presidente do Senado, que ontem recebeu governadores e vice-governadores, quer priorizar votação de propostas que possam ajudar Executivos estaduais a enfrentar crise

APÓS RECEBER O apelo de um grupo de 17 representantes dos estados, entre governadores e vice-governadores, o presidente do Senado, Renan Calheiros, decidiu convocar para hoje uma reunião com os líderes dos partidos. O presidente quer definir uma pauta emergencial com o intuito de encontrar uma saída da crise pela qual passam os Executivos estaduais. O encontro com o Fórum Permanente dos Governadores aconteceu ontem à noite no Senado.

De acordo com o grupo, a prioridade é a votação da PEC 159/2015, que define critérios de comprometimento das receitas correntes líquidas de cada ente federado com o pagamento dos precatórios —

dívidas da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a norma que tratava do assunto.

A PEC 159 autoriza o uso de até 75% de depósitos judiciais e administrativos tributários e de 40% dos depósitos judiciais privados para quitação dos valores devidos. O texto ainda regulamenta a decisão do STF e define que todos os precatórios não pagos até 25 de março de 2015 terão de ser quitados até 31 de dezembro de 2020. Permite também priorizar o pagamento para beneficiários com mais de 60 anos ou que tenham doença grave ou deficiência. A proposta, já aprovada na



Em reunião com Renan ontem, governadores pediram apoio do Senado a projetos que podem aliviar o caixa dos estados

Câmara, está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

— Precisamos recuperar nossa capacidade de investimento, retomar as operações de crédito e refinanciar nossas

dívidas — afirmou o governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg (PSB), que foi convidado por Renan para participar da reunião de líderes representando o Fórum.

— Acredito que podemos construir consenso em torno dessa pauta trazida por vocês e que eu considero emergencial para fazer frente à crise pela qual passam os estados e municípios. Temos uma comissão na Casa que eu designei para tratar desses assuntos federativos com celeridade, mas o que os governadores apontam como prioridade precisa ser levado em conta — disse Renan.

Outro pedido dos governadores é que o Congresso derrube o veto presidencial a artigo da Lei 13.254/2016, que trata de repatriação de ativos

mantidos no exterior. O artigo vetado impede que os recursos arrecadados com a multa sobre os valores repatriados sejam repassados aos estados e municípios. Com o veto, os recursos serão destinados a um fundo de compensação para financiar a reforma do ICMS.

A reunião com os líderes começa após a sessão de abertura do ano legislativo do Congresso, marcada para as 15h.

— Também vou falar com o presidente da Câmara [Eduardo Cunha] para que possamos apressar a votação de propostas que estão naquela Casa e assim colaborar com os estados e municípios — garantiu Renan.

(Da assessoria de imprensa da Presidência do Senado)

Dilma pode falar sobre DRU e CPMF na sessão do Congresso

Renan Calheiros falou ontem sobre a possibilidade de a presidente Dilma Rousseff comparecer hoje à solenidade de abertura do ano legislativo. A presidente poderia abordar a necessidade de recriação da CPMF e aprovação da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Ontem os governadores pediram a Renan ajuda do Senado para incluir na proposta que trata da DRU, em análise na Câmara, um mecanismo de desvinculação das receitas dos estados. A DRU permite ao governo usar livremente 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas.

— Eu me reuni mais cedo com a presidente

Dilma e ela sinalizou que viria ao Congresso. A vinda da presidente seria um gesto significativo e uma oportunidade para que possamos discutir os rumos do país. Ao vir, a presidente demonstra que quer conversar — disse Renan.

Ontem à noite foi anunciada a possibilidade de Dilma, acompanhada por ministros, trazer pessoalmente a mensagem presidencial para 2016. O objetivo seria pedir colaboração dos senadores e deputados para votar propostas importantes e com impacto na área econômica e falar sobre as ações governamentais de combate a endemias, como a da dengue e a do vírus zika.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Alunos do Colégio Nacional, de Uberlândia, em visita guiada ao Senado

Por segurança, visita ao Senado e à Câmara não vai funcionar hoje

O Programa de Visitação do Congresso Nacional não funcionará hoje. O motivo é a realização da sessão solene pela abertura dos trabalhos do Poder Legislativo. Devido à grande presença de autoridades, a visita será suspensa por questões de segurança.

Ontem os agendamentos foram suspensos, mas as visitas espontâneas (não agendadas) ocorreram normalmente. O acesso foi limitado apenas a algumas áreas do Congresso, em função dos preparativos para a abertura dos trabalhos legislativos.

A visita institucional ao Parlamento é normalmente oferecida das 8h30 às 17h30,

com início a cada meia hora, saindo do Salão Negro (acesso pela Chapelaria, de segunda a sexta-feira e pela rampa principal do Palácio do Congresso Nacional, nos finais de semana e feriados).

A visita guiada, com duração aproximada de 50 minutos, é organizada conjuntamente pelas equipes de Relações Públicas da Câmara e do Senado.

Durante o trajeto, o público tem acesso aos principais espaços do Congresso, incluindo os Plenários das duas Casas.

São oferecidas ainda visitas guiadas em espanhol, inglês e francês. O agendamento pode ser feito no site www.congressonacional.leg.br/visite.

Rádio Senado completa 19 anos em atividade

Na sexta-feira, a Rádio Senado completou 19 anos. A emissora foi criada em 29 de janeiro de 1997 na gestão do então presidente do Senado José Sarney. O veículo surgiu com o objetivo prioritário de transmitir ao vivo o áudio das reuniões das comissões e das sessões plenárias do Senado e do Congresso.

À Rádio ainda caberia a articulação de uma série de iniciativas que já estavam em curso, como a produção do programa *Jornal do Senado*, veiculado dentro da *Voz do Brasil* — o informativo radiofônico mais antigo do país; os boletins telefônicos transmitidos para outras

rádios por ligação gratuita; e o serviço de som do Senado, pelo qual o público interno tinha acesso ao áudio das sessões do Plenário, a avisos e a música brasileira.

Durante 12 anos, a emissora transmitiu, em ondas curtas, para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, uma programação voltada para a prestação de serviços e a veiculação de informações sobre a atividade legislativa para pessoas residentes em áreas remotas.

A estrutura atual conta com setores de jornalismo, produção, arquivo de fitas de áudio, técnica, operações, locução, programação (incluindo a musical), RádioAgência e

administração.

A Rádio Senado veicula informação, música brasileira, cultura e serviços. Tem programação própria, no ar 24 horas por dia, inclusive nos fins de semana. Transmite ao vivo as reuniões de comissões e sessões do Plenário e do Congresso. Além de diversos programas jornalísticos, produz entrevistas, notas e flashes, informando e explicando as propostas de lei em discussão. Ainda conta com programas culturais, reportagens especiais e intervalos de divulgação dos serviços do Senado, utilidade pública e spots didáticos, a exemplo do “Entenda o Congresso”.

A princípio, alcançava em frequência modulada (FM) todo o Distrito Federal e os municípios do entorno (91,7 MHz). Hoje a Rádio está presente em outras nove capitais, entre elas Natal e Macapá.

O internauta também pode acompanhar a programação ao vivo ou ouvir os programas por meio do site www.senado.leg.br/radio. Além disso, a emissora conta com cerca de 2 mil rádios conveniadas, que reproduzem o conteúdo da Rádio Senado.

Genildo Mogeia/Agência Senado



Estúdio da Rádio: transmissões alcançam nove capitais e Distrito Federal